

INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA ESCOLA PÚBLICA

Samira Fontes Carneiro

Prefeitura Municipal de Mossoró e Governo do Estado do Rio Grande do Norte
samira.uern@gmail.com

Francisca Monteiro da Silva Perez

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
francisca.perez@ufersa.edu.br

Francisco Varder Braga Junior

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
varder.braga@ufersa.edu.br

Resumo: O presente trabalho decorre dos resultados de uma pesquisa que teve como principal objetivo discutir o processo de inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola pública. Trata-se de um estudo de caso de caráter descritivo, numa perspectiva quanti-qualitativa, mediante aplicação de uma breve entrevista, composto por seis perguntas subjetivas de cunho pessoal e profissional, proposto aos pais do aluno com TEA e aos profissionais da escola entre eles: gestores, supervisor, professores da sala regular do aluno com TEA, professoras da sala de recursos multifuncionais e a professora auxiliar. As respostas dos questionários foram analisadas e associadas ao aporte teórico. A partir da pesquisa desenvolvida, percebemos que a inclusão do aluno com TEA na escola pública vem acontecendo, porém ainda apresenta algumas dificuldades e desafios, principalmente quanto à formação dos professores. Os profissionais da escola como também os pais do aluno com TEA destaca a atuação das professoras de Educação Especial para o processo de inclusão, acompanhamento e aprendizagem do aluno, bem como no apoio a equipe escolar e professores com relação a orientações e acessibilidade de materiais e atividades escolares. Portanto, compreendemos que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) contribui para o processo de inclusão educacional dos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais, entre eles para os alunos que apresentam TEA.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista, Inclusão, Atendimento Educacional Especializado, Escola Pública.

Introdução

Desde os anos 90, os estudantes com deficiência passaram a ter o direito de se matricular e frequentar a escola comum juntamente com os alunos sem deficiência. É bastante necessário discutir como tem sido o processo de inclusão desses estudantes nas escolas públicas para avaliar se os estudantes com deficiência estão tendo oportunidades de aprendizagem conforme suas possibilidades, bem como se estão sendo disponibilizados as ajudas e recursos de acessibilidade necessários para o seu desenvolvimento intelectual, afetivo e social.

Neste sentido, diversos dispositivos legais corroboram nessa direção, dentre os

quais podemos citar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva de 2008, segundo a qual afirma:

A educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nesses casos e em outros, que implicam transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos. (BRASIL, 2008. p. 15)

Desta forma, a política de inclusão no Brasil tem como objetivo principal contribuir com o processo de inclusão dos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

Em 2015 foi publicada a Lei de nº 13.146/2015 que institui a Lei Brasileira da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Art. 27 evidencia que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo da vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015)

A inclusão de pessoas com deficiência nas escolas regulares, bem como o direito a receber o Atendimento Educacional Especializado (AEE), está firmada em diversos documentos tais como: a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9394 (1996), a Lei nº 8906/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Política nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva (2008), a Lei de nº 13.146/2015 que institui a Lei Brasileira da pessoa com deficiência (2015), o Decreto Federal nº 7611 (2011), que dispõe sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado, a Resolução nº 4 (2009), a Lei nº 12.764 (2012) que institui a Política de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e a Resolução nº 03 (2016), CEB/CEE/RN que fixa normas para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, na modalidade de Educação Especial no âmbito da rede estadual do estado do Rio Grande do Norte, dentre outras.

Logo, percebemos que é fundamental a busca pela legitimação da inclusão educacional desses estudantes que são público alvo da Educação Especial e os profissionais

da escola devem elaborar e propor ações pedagógicas para a efetivação de um ensino de qualidade para todos os estudantes, entre estes, estão também os alunos que possuem Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Conforme a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, o Transtorno do Espectro Autista é considerado como deficiência e caracteriza-se pela apresentação de déficits qualitativos na interação social e na comunicação, padrões de comportamento repetitivos e estereotipados e um repertório restrito de interesses e atividades.

Pensando nisso, a pesquisa trata-se de um estudo de caso que tem como principal objetivo discutir a inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista na escola pública somados aos objetivos: conhecer como os profissionais de educação da escola pública e os pais do aluno com TEA o processo de inclusão; identificar ações desenvolvidas na escola que contribuam para o processo de inclusão do aluno com TEA; escrever dificuldades e desafios relacionados a este processo, bem como os pontos positivos e negativos no intuito de melhorar a inclusão desse aluno.

Portanto, o presente artigo faz-se necessário por tratar de uma temática ainda incipiente, o que o torna tão atual e que merece nossa atenção a fim de contribuir para o debate em torno dessa temática e produzir conhecimento que possa colaborar para a inclusão do aluno com TEA na escola pública.

Metodologia

O estudo foi realizado em uma escola da rede pública de ensino da cidade de Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte entre 2016 e 2017.

Trata-se de um estudo de caso de caráter descritivo, numa perspectiva quanti-qualitativa, mediante aplicação de uma breve entrevista, composto por seis perguntas subjetivas de cunho pessoal e profissional, proposto aos pais do aluno com TEA e aos profissionais da escola entre eles: gestores, supervisor, professores da sala regular do aluno com TEA, professoras da sala de recursos multifuncionais e a professora auxiliar.

A entrevista foi norteada pelas seguintes perguntas: Como você percebe o processo de inclusão do aluno com transtorno do espectro autista na escola pública? Quais as ações e atividades realizadas para colaborar com esse processo de inclusão do aluno com transtorno do espectro autista na escola pública? Quais os avanços percebidos? (Pontos fortes/positivos) Quais são as dificuldades e os desafios? (Pontos fracos/negativos) Quais são

as possibilidades? Como você avalia a atuação e os serviços realizados pelas professoras de Educação Especial - professoras da Sala de Recursos Multifuncionais e a professora auxiliar?

A análise descritiva foi realizada a partir da coleta dos dados através da aplicação da entrevista a qual foi categorizada as respostas dos entrevistados conforme a consonância das respostas. Dessa forma, podemos explorar melhor os resultados para discutirmos e facilitar o entendimento do processo.

Resultados e Discussão

Os primeiros registros sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) aparecem desde o ano de 1943 com um importante trabalho desenvolvido e publicado pelo médico Leo Kanner, em seu trabalho, o mesmo descreveu os casos de onze crianças que apresentavam comportamentos e condutas diferenciadas das demais, descrevendo essas diferenças e características próprias apresentadas por essas crianças. Dentre essas características diferentes, se destacam três alterações significativas com relação aos seguintes aspectos, quais sejam: 1ª) as relações sociais; 2ª) comunicação e a linguagem e 3ª) insistência em não variar o ambiente.

Conforme Riviére (2004) os principais autores que são considerados pioneiros no estudo do autismo são os médicos Leo Kanner e o Hans Asperger. Sendo que o Hans Asperger teve uma preocupação relacionada à educação.

Segundo Riviére (2004) o percurso histórico sobre o autismo é dividido em três momentos principais, quais sejam:

1º momento (1943 – 1963): neste período o conceito de autismo era ligado a afetividade, era entendido como um transtorno emocional e que a causa do autismo estaria ligada aos pais e a forma de criação dos filhos. Assim, este período é caracterizado por explicações do autismo baseadas em especulações.

2º momento (1963 – 1983): neste período foi abandonada a ideia anterior de que o autismo seria originado devido a questões emocionais e começou-se a perceber que o autismo tinha origem em causas neurobiológicas. Isto foi constatemente sendo verificado a partir de estudos e pesquisas empíricas e na descrição de casos clínicos. Neste momento histórico começou-se a perceber a educação é um dos principais formas de tratamento para as pessoas com autismo.

3º momento (atual): ocorre a mudança geral do enfoque considerando o autismo a

partir de uma concepção evolutiva, sendo entendido como um transtorno do desenvolvimento.

Conforme o Manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais (DSM-IV-TR, 2002) o Autismo é conceituado e caracterizado pela predominância de um desenvolvimento acentuadamente prejudicado nos aspectos relacionados à interação social, comunicação e de repertório restrito de interesses e atividades.

Na rede estadual de ensino do estado do Rio Grande do Norte (RN), são seguidos os aspectos legais vigentes no país relacionados à educação, bem como ao Atendimento Educacional o AEE aos alunos com deficiências, com TEA e com altas habilidades e superdotação, como também apresenta um diferencial com relação ao público alvo do AEE, sendo proporcionado também aos alunos com transtornos funcionais específicos, para alunos com dificuldades de aprendizagem. (RN, RESOLUÇÃO N° 03, 2016)

Conforme a Resolução N° 03/2016 – CEB/CEE de 23 de novembro de 2016, que fixa normas para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade de Educação Especial, no Art. 3º, define o AEE como um conjunto de atividades pedagógicas e recursos de acessibilidade organizados institucionalmente em caráter contínuo, prestado de forma: I – a complementar a formação dos alunos com deficiência, Transtornos do Espectro Autista e Transtornos Específicos de Aprendizagem, como apoio permanente e limitado ao tempo e a frequência dos alunos às Salas de Recursos Multifuncionais – SRM; II – a suplementar a formação dos alunos com altas habilidades ou superdotação com diagnóstico e orientação do núcleo de apoio da Secretaria de Educação e Cultura do Estado.

Percebemos que é bastante importante que seja oferecido aos alunos com transtorno do espectro autista oportunidades de aprendizagens e o Atendimento Educacional Especializado para complementar a sua formação.

Dentre os métodos que podem ser utilizados com alunos autistas citamos o Método Teacch¹. Conforme Braga Junior; Belchior; Santos (2015), o Método Teacch é bastante utilizado no para alfabetizar crianças com o transtorno do espectro do autismo, tem por base a terapia comportamental e psicolinguística, seu objetivo é proporcionar rotina e organização da aprendizagem, melhorar a independência, a informação visual, buscando com isso amenizar as dificuldades existentes na comunicação.

¹ O Método Teacch (Tratamento e Educação de Autistas e Crianças com Défices na Comunicação), criado em 1966 nos Estados Unidos na Universidade da Carolina do Norte pelo psiquatra Dr. Eric Shopler e seus auxiliares. As atividades utilizadas em sala que utiliza esse método favorecem o aprendizado de classificação e discriminação de cores, formas, tamanho, quantidade, figura fundo, constância de forma, memória visual sequencial, trabalho de corpo associado ao ritmo, jogos que estimulam a coordenação motora global e fina, percepção corporal, conceitos básicos como alfabetização com o uso de diversos materiais, como letras, números, associação de figuras e letras, dentre outros.

Glat e Pletsch (2013) mostra a importância da adaptação de materiais pedagógicos, do uso e estratégias diferenciadas para alunos com necessidades educacionais especiais, do trabalho colaborativo, bem como da elaboração do Plano Educacional Individualizado par alunos com NEE.

Nunes et al (2011) na “obra comunicar é preciso em busca das melhores práticas na educação do aluno com deficiência” aborda sobre resultados de estudos e pesquisas que comprovam o uso e relevância da Tecnologia Assitiva e da Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA). “A Comunicação Alternativa se caracteriza por um conjunto de métodos e técnicas que facilitam a comunicação, ampliando as possibilidades de troca, de experientação individual e de relacionamento com o outro.” (p. 128)

Walter (2011) nos mostra que o PECS adaptado como uma opção de comunicação alternativa para alunos com autismo. O PECS – The Picture Exchange Comunication Systm foi desenvolvido para crianças autistas e com déficit severo na comunicação oral. O sistema de comunicação alternativo consiste no intercâmbio de figuras como uma forma interativa de transmitir uma mensagem a alguém.

Os profissionais de educação em suas respostas ao questionário apontam a necessidade de formação continuada específica para lidar com o público alvo do AEE, entre eles com o aluno com TEA. Isso fica bem evidenciado em suas falas. “Poderia existir uma política para que o corpo docente tivesse uma formação complementar para atender melhor esses alunos. Por conta da falta dessa formação, muitos professores sentem-se incapases de atender alunos com esse tipo de transtorno.” (Resposta de uma professora. B.)

Outros têm mostrado que as formações de educação especial e inclusiva tem se limitado apenas para os profissionais do AEE. “Está muito centralizado no AEE.” (I.)

Neste sentido, pensamos que devem ter mais investimento quanto a formação dos profissionais das escolas, em especial aos professores de sala de aula comum, que os mesmos apontam ter bastante dificuldades e necessidades de conhecimento na área e com relação ao TEA.

A fala dos pais do aluno com TEA, em especial a de sua mãe, nos revela a satisfação com a escola e com os profissionais que atuam na escola com o seu filho, isso pode ser observado nos seguintes trechos de seu relato. “Nunca percebi, nem recebi reclamações como também fui informada de exclusão para com ele na escola, ao contrário, sempre soube do bom tratamento para com ele, desde o vigia até os professores, já passou sim por exclusão

em escola particular. A atuação de toda a equipe é bastante lucrativa, dando o melhor para com o aluno, cada presta seu serviço com muito amor e dedicação, nada a reclamar e sim a elogiar cada profissional.” (Resposta da mãe do aluno com TEA)

Podemos perceber a partir da análise das respostas dos participantes da pesquisa que todos consideram o processo de inclusão do aluno com TEA positivo, mas que ainda apresenta alguns desafios, tais como mais investimentos em formação dos profissionais, principalmente os professores de sala de aula comum, que conforme os relatos deles melhorariam ainda mais esse processo. A mãe do aluno também afirma que percebe uma melhor aceitação e inclusão nessa escola e que antes não percebia tanto acompanhamento quando o seu filho estudava em outra escola.

Dentre as ações que têm sido efetivadas pelos profissionais de AEE da escola para a inclusão do aluno podemos destacar: orientações aos pais; planejamento e conversa com professores da sala de aula comum, a professora do AEE, com a professora auxiliar do aluno e demais profissionais da equipe escolar; uso de atividades e recursos diferenciados; elaboração do Plano de Atendimento Individualizado (PEI); conversa com os alunos da sala de aula comum; o acompanhamento e registros dos avanços do aluno, dentre outras.

Neste sentido a escola tem realizado o Atendimento Educacional Especializado para apoiar o processo de aprendizagem e inclusão do estudante com TEA na escola comum.

Conclusões

A presente pesquisa teve como principal objetivo discutir a inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista na escola pública.

Neste sentido, obtivemos os seguintes resultados: importância dos profissionais do AEE, tanto as professoras da Sala de Recursos Multifuncionais como também a professora auxiliar do aluno com TEA, para a permanência, aprendizagem, participação e para o processo de inclusão do aluno com TEA tanto na sala de aula regular como na escola de maneira geral; necessidade de educação continuada para os professores de sala de aula comum e demais profissionais da escola; importância do trabalho colaborativo na escola; a satisfação dos pais em relação à escola e serviços prestados ao filho com TEA; colaboração dos professores de AEE com os professores de sala de aula regular; necessidade de realizar parceria com outros profissionais; relevância do convívio do aluno com TEA com os demais alunos; a inclusão ainda enfrenta alguns desafios e dificuldades; ações e atividades realizadas

pela equipe da escola que contribuem para a inclusão do aluno com TEA.

A partir da pesquisa desenvolvida, podemos perceber que a inclusão do aluno com TEA na escola pública vem acontecendo, porém ainda apresenta algumas dificuldades e desafios, principalmente quanto à formação dos professores.

Os profissionais da escola como também os pais do aluno com TEA destaca a atuação das professoras de Educação Especial para o processo de inclusão, acompanhamento e aprendizagem do aluno, bem como no apoio a equipe escolar e professores com relação a orientações e acessibilidade de materiais e atividades escolares. Desta forma, compreendemos que o AEE contribui para o processo de inclusão educacional do aluno com TEA, bem como para os demais estudantes com Necessidades Educacionais Especiais.

Referências

BRAGA JUNIOR, Francisco Varder; BELCHIOR, Michelle Sales; SANTOS, Sara Teles dos. **Transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e o atendimento educacional especializado**. Mossoró: EdUFERSA, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília. Diário Oficial da União. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8069.htm>.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010. Disponível em: <https://www.bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/19339/ldb_10ed.pdf?sequence=1> Acesso em: 17 mar. 2016.

_____. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva. Diário Oficial da União. Brasília/DF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>.

_____. Ministério da Educação. RESOLUÇÃO CNE/CEB 4/2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União. Brasília, 5 Out. 2009, Seção1, p.17 21. Disponível em: <portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

_____. Ministério da Educação. DECRETO FEDERAL Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011. Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências. 2011. Diário Oficial da União. 2011. Disponível em:

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm> Acesso em: 02 mai. 2016.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 10 mar. 2016.

_____. Ministério da Educação. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 06 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 02 mai. 2016.

GLAT, Rosana. PLETSCHE, (Org.). **Estratégias Educacionais Diferenciadas para alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

NUNES, et al. (org.). **Comunicar é preciso**: em busca das melhores práticas na educação do aluno com deficiência. Marília: ABPEE, 2011.

RESOLUÇÃO Nº 03/2016–CEB/CEE/RN, 23 de novembro de 2016. Fixa normas para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Especial. **Diário Oficial do Rio Grande do Norte**, 10/12/2016.

RIVIÈRE, Ángel. O autismo e os transtornos globais do desenvolvimento. In: COLL, César. MARCHESI, Álvaro. PALACIOS, Jesús. (org.) **Desenvolvimento psicológico e educação**. Trad. Fátima Murad. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

WALTER, Cátia Criveli de Figueiredo. O PECS-adaptado no ensino regular: uma opção de comunicação alternativa para alunos com autismo. In: NUNES, et al. (org.). **Comunicar é preciso**: em busca das melhores práticas na educação do aluno com deficiência. Marília: ABPEE, 2011.